

Sumário

Apresentação, xv

Parte I – Introdução, 1

1 Noções Gerais sobre a Idéia de Obrigação, 3

- 1.1 Conceito e características, 3
- 1.2 Posição no Direito Civil e relações com demais ramos jurídicos, 8
- 1.3 Diferenças quanto a outros institutos, 10
 - 1.3.1 Obrigação, dever, sujeição e ônus, 11
 - 1.3.2 Obrigação e direitos reais, 13
 - 1.3.2.1 Principais diferenças, 14
 - 1.3.2.2 Figuras híbridas, 19
 - 1.3.3 Obrigação e direitos da personalidade, 22
- 1.4 Estrutura da obrigação – elementos essenciais, 23
 - 1.4.1 Sujeito, 25
 - 1.4.2 Objeto, 27
 - 1.4.3 Vínculo jurídico, 30
- 1.5 Fontes das obrigações, 32
 - 1.5.1 Introdução, 32
 - 1.5.2 Funções das obrigações, 35
 - 1.5.2.1 Negócio jurídico, 36
 - 1.5.2.2 Responsabilidade civil, 39
 - 1.5.2.3 Enriquecimento indevido, 43

Resumo esquemático, 44

- 2 Evolução do Direito das Obrigações, 47**
 - 2.1 Antecedentes históricos, 47
 - 2.2 Direito moderno, 50
 - 2.3 Unificação do Direito das Obrigações, 51
 - 2.4 Crise da obrigação como categoria a-histórica, 56
 - 2.5 Obrigação como processo, 58
 - Resumo esquemático, 61*
- 3 Visão Civil-Constitucional no Direito das Obrigações, 64**
 - 3.1 Tutela da pessoa humana no campo obrigacional, 64
 - 3.2 Nova concepção de autonomia privada, 70
 - 3.3 Situações reais e obrigacionais, 74
 - Resumo esquemático, 77*
- 4 Código Civil de 2002 e Direito das Obrigações, 79**
 - 4.1. Princípios norteadores do Código Civil de 2002 e as obrigações, 79
 - 4.1.1 Princípio da eticidade, 81
 - 4.1.2 Princípio da socialidade, 84
 - 4.1.3 Princípio da operabilidade, 84
 - 4.2 Posição do Direito das Obrigações no Código Civil, 85
 - 4.3 Boa-fé e função social nas obrigações, 87
 - 4.3.1 Cláusulas gerais e orientação constitucional, 88
 - 4.3.2 Função social no campo obrigacional, 90
 - 4.3.3 Diferentes acepções e funções da boa-fé, 96
 - 4.3.4 Extensão da boa-fé e da função social às obrigações não negociais, 100
 - 4.4 Relações com o Código de Defesa do Consumidor, 101
 - Resumo esquemático, 103*

Parte II – Das Modalidades de Obrigações, 107

- 5 Classificação quanto ao Objeto, 109**
 - 5.1 Introdução, 109
 - 5.2 Obrigações de dar, 113
 - 5.2.1 Obrigação de dar coisa certa, 114
 - 5.2.2 Obrigação de dar coisa incerta, 122
 - 5.2.3 Aspectos processuais, 127
 - 5.3 Obrigações de fazer, 130
 - 5.4 Obrigações de não-fazer, 133
 - 5.5 Aspectos processuais das obrigações de fazer e de não-fazer, 136
 - Resumo esquemático, 138*

6 Classificação quanto aos Elementos, 143

6.1 Introdução, 143

6.2 Obrigações alternativas, 145

6.2.1 Noções gerais, 145

6.2.2 Obrigações com faculdade alternativa, 153

6.2.3 Obrigações cumulativas, 154

6.3 Obrigações fracionárias e conjuntas, 156

6.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis, 158

6.5 Obrigações solidárias, 164

6.5.1 Conceito de solidariedade, 165

6.5.2 Solidariedade ativa, 169

6.5.3 Solidariedade passiva, 172

6.5.4 Diferenciação entre solidariedade e indivisibilidade, 177

Resumo esquemático, 178

7 Classificação quanto ao Conteúdo e à Exigibilidade, 184

7.1 Obrigações de meio, de resultado e de garantia, 184

7.2 Obrigações civis e judicialmente inexigíveis, 189

7.3 Outras classificações, 192

7.3.1 Obrigações principais e acessórias, 192

7.3.2 Obrigações líquidas e ilíquidas, 194

7.3.2.1 Noções gerais, 195

7.3.2.2 Alterações na regulação processual da liquidação, 196

7.3.3 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada, 197

7.3.4 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais, 198

7.3.5 Obrigações pecuniárias, 201

7.3.5.1 Princípio do nominalismo, 203

7.3.5.2 Cláusula de escala móvel, 205

Resumo esquemático, 209

Parte III – Do Cumprimento e da Extinção das Obrigações, 215

8 Teoria do Pagamento, 217

8.1 Teoria do pagamento, 217

8.1.1 Noção e espécies, 219

8.1.2 Natureza jurídica e requisitos de validade, 221

8.2 Requisitos subjetivos de pagamento, 224

8.2.1 Quem deve pagar – *solvens*, 225

8.2.2 Quem deve receber o pagamento – o *accipiens*, 229

- 8.3 Requisitos objetivos do pagamento, 232
 - 8.3.1 Objeto do pagamento, 233
 - 8.3.2 Prova do pagamento, 235
 - 8.3.2.1 Quitação, 235
 - 8.3.2.2 Presunções de pagamento, 238
 - 8.3.2.3 Ônus da prova do pagamento, 239
 - 8.3.3 Lugar do pagamento, 240
 - 8.3.4 Tempo do pagamento, 243
- Resumo esquemático, 246*

9 Modalidades Especiais de Pagamento, 251

- 9.1 Pagamento em consignação, 251
 - 9.1.1 Conceito e objeto, 252
 - 9.1.2 Hipóteses e requisitos de validade da consignação, 254
 - 9.1.3 Aspectos controvertidos sobre o depósito, 256
 - 9.1.4 Questões processuais, 258
- 9.2 Pagamento com sub-rogação, 259
 - 9.2.1 Conceito e natureza jurídica, 259
 - 9.2.2 Espécies, 261
 - 9.2.3 Efeitos, 264
 - 9.2.4 Tutela processual da sub-rogação, 266
- 9.3 Imputação do pagamento, 267
 - 9.3.1 Conceito, 268
 - 9.3.2 Requisitos, 269
 - 9.3.3 Espécies, 269
- 9.4 Dação em pagamento, 271
 - 9.4.1 Conceito e elementos constitutivos, 272
 - 9.4.2 Natureza jurídica, 273
 - 9.4.3 Aspectos legais e outras questões relevantes, 274

Resumo esquemático, 276

10 Outros modos de Extinção das Obrigações, 281

- 10.1 Novação, 281
 - 10.1.1 Conceito, 282
 - 10.1.2 Requisitos, 283
 - 10.1.3 Modalidades, 285
 - 10.1.4 Efeitos, 287
- 10.2 Compensação, 288
 - 10.2.1 Conceito, 290

- 10.2.2 Requisitos, 290
- 10.2.3 Espécies, 293
 - 10.2.3.1 Compensação legal, 294
 - 10.2.3.2 Compensação convencional, 294
 - 10.2.3.3 Compensação judicial, 295
- 10.2.4 Restrições à compensação, 296
- 10.3 Confusão, 297
 - 10.3.1 Conceito, 299
 - 10.3.2 Requisitos, 299
 - 10.3.3 Efeitos, 300
 - 10.3.4 Cessação da confusão, 301
- 10.4 Remissão de dívidas, 302
 - 10.4.1 Conceito, 302
 - 10.4.2 Natureza jurídica e espécies, 303
 - 10.4.3 Efeitos, 306

Resumo esquemático, 306

11 Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido, 310

- 11.1 Noções gerais do enriquecimento sem causa, 310
 - 11.1.1 Raízes históricas, 313
 - 11.1.2 Sistematização no Código Civil de 2002 e na ordem constitucional, 314
- 11.2 Pagamento indevido, 318
 - 11.2.1 Sistematização no Código Civil de 2002, 319
 - 11.2.2 Repetição do pagamento, 319
 - 11.2.3 Retenção do pagamento indevido, 321

Resumo esquemático, 322

Parte IV – Do Não-cumprimento das Obrigações, 325

12 Inadimplemento, 327

- 12.1 Teoria do inadimplemento, 327
 - 12.1.1 Noções gerais, 328
 - 12.1.2 A obrigatoriedade dos contratos, 331
- 12.2 Inadimplemento absoluto e relativo, 333
 - 12.2.1 Generalidades, 335
 - 12.2.2 Inadimplemento imputável, 336
 - 12.2.3 Inadimplemento fortuito, 337
 - 12.2.4 Exoneração convencional e cláusula de não-indenizar, 340
- 12.3 Inadimplemento na ótica constitucional, 343
 - 12.3.1 Inadimplemento e moderna concepção de obrigação, 345

12.3.2 Inadimplemento e dignidade da pessoa humana, 346

12.3.2.1 Prisão civil por dívida, 346

12.3.2.2 A questão do inadimplemento mínimo ou substancial, 348

Resumo esquemático, 349

13 Mora, 353

13.1 Conceito e generalidades, 353

13.2 Espécies de mora, 355

13.2.1 Mora do devedor, 355

13.2.2 Mora do credor, 356

13.2.3 Mora de ambos sujeitos obrigacionais, 357

13.2.4 Mora *ex re* e *ex persona*, 357

13.3 Constituição em mora, 358

13.4 Purgação e cessação da mora, 359

13.5 Violação positiva do contrato, 360

Resumo esquemático, 362

14 Conseqüências do Inadimplemento, 364

14.1 Perdas e danos, 364

14.1.1 Conceito, 364

14.1.2 Classificações e fundamentos do dano, 367

14.1.3 Dano emergente e lucro cessante, 372

14.1.4 Perda de uma chance, 374

14.1.5 Outras questões, 376

14.1.5.1 Liquidação do dano patrimonial, 376

14.1.5.2 Possibilidade do dano moral negocial, 377

14.2 Juros, 378

14.2.1 Conceito, 379

14.2.2 Espécies, 380

14.2.2.1 Juros moratórios e compensatórios, 380

14.2.2.2 Juros convencionais e legais, 381

14.2.2.3 Juros simples e compostos, 382

14.2.3 Aspectos legais, 382

14.2.4 Perspectiva constitucional, 386

14.2.4.1 Juros e instituições financeiras, 388

14.2.4.2 Juros e capitalização, 389

14.3 Cláusula penal, 389

14.3.1 Conceito e natureza jurídica, 392

14.3.2 Espécies, 393

14.3.2.1 Cláusula penal compensatória, 394

14.3.2.2 Cláusula penal moratória, 395

14.3.3 Funções da cláusula penal, 395

14.3.4 Efeitos da cláusula penal, 396

14.3.5 Equilíbrio na estipulação da cláusula penal, 397

14.3.6 Comparação com outros institutos jurídicos, 399

14.3.7 Cláusula penal e nos paradigmas do Direito Privado, 400

14.4 Arras, 402

14.4.1 Conceito e natureza jurídica, 402

14.4.2 Espécies, 403

14.4.2.1 Arras confirmatórias, 403

14.4.2.2 Arras penitenciais, 404

14.4.3 Funções das arras, 404

Resumo esquemático, 405

15 Execução Forçada das Obrigações, 411

15.1 Considerações gerais, 411

15.2 Pressupostos e modalidades, 412

Resumo esquemático, 414

Parte V – Da Transmissão das Obrigações, 415

16 Cessão de Créditos, 417

16.1 Introdução, 417

16.2 Requisitos e espécies, 420

16.3 Responsabilidade do cedente, 425

16.4 Cotejo com institutos afins, 427

Resumo esquemático, 428

17 Assunção de Dívidas, 430

17.1 Conceito e características, 430

17.2 Espécies e requisitos, 434

17.3 Efeitos, 438

17.4 Cotejo com institutos assemelhados, 440

Resumo esquemático, 442

18 Cessão de Contratos, 445

18.1 Conceito, natureza jurídica e características, 445

18.2 Requisitos, 448

18.3 Efeitos, 448

18.4 Comparação com outros modelos jurídicos, 450

Resumo esquemático, 451

19 Outros Modos de Transmissão das Obrigações, 453

19.1 Usufruto de créditos, 453

19.2 Penhor de créditos, 454

19.3 Cessão de garantia sobre créditos, 455

19.4 Endosso, 456

Resumo esquemático, 457

20 Tutela e Garantia dos Créditos, 459

20.1 Considerações gerais, 459

20.2 Medidas acautelatórias, 460

20.3 Medidas conservatórias, 461

20.4 Medidas coercitivas e coativas, 462

Resumo esquemático, 463

Referências, 465